

RESENHA
*Christian Brially de Medeiros**

GRUDEM, Wayne. Política segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer. São Paulo: Vida Nova, 2014. 192p.

Wayne Grudem é graduado pela Universidade de Harvard, mestre em Divindade pelo Seminário Teológico Westminster e doutor em Novo Testamento pela Universidade de Cambridge. Foi professor de teologia bíblica e sistemática na Trinity Evangelical Divinity School e atualmente leciona no Phoenix Seminary. É autor de diversos livros e artigos, vários deles disponíveis em língua portuguesa.

A publicação desta obra por Edições Vida Nova vem preencher uma lacuna de obras que analisam esta dimensão pública dos cristãos que é a discussão sobre a política segundo os parâmetros delineados pelas Sagradas Escrituras. A obra também auxilia no resgate, em certa medida, da tradição histórica protestante de apresentar o ensino bíblico como o padrão de análise crítica da realidade das relações humanas nas suas mais diversas dimensões, mesmo aquelas que suscitam posicionamentos passionais, como por vezes é a dimensão política destas relações. Em outro sentido, ajuda os cristãos a perceberem sua responsabilidade no mundo em que vivem, em especial quanto à sua pátria. O testemunho cristão do evangelho redentor de Cristo deve ser proclamado por meio de nossa estrutura bíblica de pensamento neste aspecto particular que é a responsabilidade política do crente.

Grudem inicia o seu livro, no primeiro capítulo de um total de quatro, fazendo uma espécie de desconstrução de pressupostos e visões equivocadas acerca da relação entre cristianismo e governo. Ei-las: (a) “o governo deve impor a religião”; (b) “o governo deve excluir a religião”; (c) “todos os governos são perversos e demoníacos”; (d) “a igreja deve se dedicar ao evangelho, e não à política”; (e) “a igreja deve se dedicar à política, e não ao evangelismo”. Seus argumentos para desconstruir tais visões são amparados por uma exegese objetiva e direta em busca de princípios bíblicos que demonstrem a incompatibilidade destes posicionamentos com uma perspectiva cristã coerentemente fundamentada. Não deixa, contudo, de buscar aplicar os princípios apresentados de um modo prático, ainda que diretamente relevante apenas ao contexto americano. Também faz uso de um método “dialético” ao “conversar” com outros autores cristãos de interpretações divergentes quanto ao tema proposto, seja para concordar ou confrontá-los, o que enriquece o debate sobre a correta postura cristã diante deste tema.

Após desconstruir os posicionamentos que julga equivocados, Grudem, no segundo capítulo, concentra-se em apresentar objetivamente a sua própria perspectiva sobre a relação entre cristianismo e governo: “uma influência cristã expressiva sobre o governo”. Ele defende que a visão adequada para o cristão é caracterizada pelo dever de influenciar o governo segundo os padrões morais definidos por Deus e de acordo com os propósitos determinados pelo Senhor para os governos, ambos revelados nas Sagradas Escrituras. Enfatiza que os cristãos devem reivindicar a liberdade religiosa para todos os cidadãos, independentemente de seu direcionamento religioso, pois o evangelho não pode ser imposto arbitrariamente (temática abordada no primeiro capítulo). Contudo, os cristãos devem dedicar-se a influenciar os governos segundo os padrões escriturísticos. Também é enfático na ressalva de que

* Pastor presbiteriano; mestre e doutor em Ciências da Religião; professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição.

a ação cristã não deve ser caracterizada pela violência ou intolerância, mas sim por uma influência expressiva amável e persuasiva, ainda que firme no que concerne à veracidade e excelência moral segundo expostas na Bíblia. Para tanto, apresenta uma série de exemplo extraídos tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, como os casos de Daniel, Jeremias, José, Moisés, Neemias, Mordecai, Ester, João Batista e Paulo. Pontua, mesmo que rapidamente, a importância de textos-chave para o tema: Romanos 13.1-7 e 1Pedro 2.13-14.

O autor enfatiza: “As pessoas fiéis a Deus têm a responsabilidade de dar testemunho dos padrões morais da Bíblia com base nos quais todos terão de prestar contas, inclusive quem ocupa cargos públicos” (p. 83). Amplamente importante para a nossa realidade, ele destaca: “Outro argumento em favor da influência cristã expressiva sobre o governo se aplica a qualquer um que viva numa democracia, pois, nesse sistema, uma parte considerável do poder de governo é confiada aos cidadãos em geral por meio das eleições. Ter a possibilidade de votar significa ter uma parcela do poder de governar. Logo, todos os cidadãos com idade para votar têm a *responsabilidade* diante de Deus de saber o que ele espera do governo civil e de conhecer os padrões morais e legais que, de acordo com ele, o governo deve seguir” (p. 86-87).

Outras abordagens são essenciais à proposta de Grudem, como a importância da influência cristã como um elemento norteador das ações justas dos governos, apontando a influência positiva dos pais peregrinos na formação dos Estados Unidos da América. Não deixa, contudo, de abordar a responsabilidade dos pastores em ensinar toda a Escritura, implicando na necessidade de pregar sobre o tema da política, pois está claramente apresentado na Palavra de Deus, do mesmo modo que a responsabilidade dos cristãos frente a este tema também se encontra explicitada.

No capítulo 3, Grudem apresenta os princípios bíblicos sobre o governo civil, sua origem e sua finalidade. Também aborda qual deve ser a melhor forma de escolher este governo e quais são as responsabilidades dos governantes. Primeiramente, os governos devem punir o mal e incentivar o bem; promover a justiça e proteger os mais fracos; aplicar as sanções necessárias para refrear o mal, todos esses ensinamentos frequentes nas Escrituras do Antigo e do Novo Testamentos, fundantes desses princípios. Segue outro princípio relevante: Deus é Senhor soberano sobre todas as nações e os seus governos prestarão contas de suas ações a ele, uma perspectiva que traz conforto ao crente, mesmo diante de realidades nada agradáveis. No entanto, esse princípio traz consigo a responsabilidade do crente em obedecer às autoridades instituídas por Deus, sujeitando-se a elas dentro de certos limites, pois “Deus requer que seu povo desobedeça ao governo civil nos casos em que a obediência ao governo civil implique desobediência direta a Deus” (p. 124) e “é moralmente correto um funcionário de escalão inferior do governo proteger os cidadãos sob seus cuidados de um funcionário de escalão superior que esteja cometendo crimes contra esses cidadãos” (p. 126).

Também pontua de modo enfático a responsabilidade que os governos têm de salvaguardar a liberdade humana, considerando esta como um dos principais elementos constituintes da humanidade essencial. Todavia, lembra que uma transformação espiritual na vida dos homens não ocorre mediante a ação correta dos governos, pois extrapola a sua esfera de responsabilidade. Contudo, exercem enorme grau de influência no comportamento moral da sociedade.

Em sequência, no capítulo, apresenta o que considera os princípios adequados para a relação correta entre a igreja e o estado: (1) a igreja não deve exercer qualquer controle sobre o estado; (2) governo da igreja e governo do estado são sistemas

diferentes; (3) o governo deve apoiar todas as religiões idôneas em geral; (4) a esfera de ação de ambos os tipos de governo deve estar muito bem delineada. Defende, adequadamente, que a divisão firme e clara de poderes no governo civil é um dos meios necessários para se evitar a corrupção no mesmo; que o estado de direito, um sistema de leis, deve vigorar acima de todos os governantes. Por fim, apresenta duas concepções que obviamente causam certo desconforto em alguns: a de que a Bíblia apoia, mesmo que indiretamente, uma certa concepção de governo democrático, escolhido pelo povo, e a de que ela sustenta o patriotismo. Contudo, creio que há necessidade de maior fundamentação na argumentação bíblica para sustentar tais conclusões.

No último capítulo o autor expõe o que considera uma cosmovisão bíblica como um parâmetro de análise crítica da realidade que nos cerca nos seus mais diversos âmbitos, o quê obviamente inclui a dimensão política das relações humanas. O autor estimula o uso dessa visão de mundo bíblicamente determinada como a regra aferidora no exame das concepções políticas com que nos deparamos quando analisamos as relações entre igreja e estado, e seus subsequentes desmembramentos e particularidades próprios do âmbito pessoal. Conclui sua obra chamando atenção para a necessidade de termos uma visão adequada da relação entre fé e obras no que concerne ao exercício de influência expressiva do cristão na política e no governo. Deus governa soberanamente sobre todos os governos e dirige a história. Deus realizará completamente todos os seus planos e propósitos benéficos para os cristãos e para a igreja. Os planos de Deus para toda a história prevalecerão e não serão frustrados. Cristo voltará e governará todas as nações. Ter em mente estas realidades traz consolo e conforto ao crente diante de uma possível injustiça reinante ou em meio aos desmandos dos governantes, e mesmo quando trazem implicações mortíferas aos crentes.

É importante ressaltar que esta edição é uma publicação parcial da obra primeiramente apresentada no original de língua inglesa. A supressão de partes da obra foi necessária por ser destinada especificamente ao seu público originalmente americano, contendo deste modo análises voltadas às particularidades da política dos Estados Unidos da América. Contudo, a presente edição não deixa de apresentar, creio eu, de modo por demais excessivo, algumas abordagens que são de interesse apenas daquele público-alvo primevo. A exclusão dos exemplos frequentes que tratam destes elementos específicos, que porventura não tenham nenhuma importância para os brasileiros, de modo algum desmerece a relevância da obra para o nosso cenário, por conter a exposição de princípios bíblicos proposicionais que estão acima de qualquer caráter circunstancialmente relativo, temporal, regional ou culturalmente falando.

No entanto, cabe o estímulo a nós brasileiros para que não somente tomemos conhecimento de tais princípios bíblicos, mas sigamos em frente na tarefa de meditar sobre eles, buscando as formas, os meios e as oportunidades de concretizá-los nas particularidades da dimensão política que está em vigor em nosso país. Devemos pontuar que essa obra nos serve como exemplo da necessidade urgente de que um cristão protestante conheça, em alguma medida, os sistemas doutrinários da política partidária em vigor no Brasil, buscando compreender quais são as implicações destes sistemas “ideológicos” para a nossa cosmovisão, ou, muito provavelmente, a sua incompatibilidade completa. Seguindo esta perspectiva, seria grandemente proveitoso complementar a leitura deste livro de Grudem com a obra *Visões & Ilusões Políticas: uma análise & crítica cristã das ideologias contemporâneas*, de David T. Koyzis, publicado pela mesma editora.